

COMPREENDER
AS POLÍTICAS
DA UNIÃO
EUROPEIA

Tornar as regiões
e as cidades da
Europa mais
competitivas,
promover
o crescimento
e criar emprego.



Política regional

«A política regional é uma política de investimento estratégico que visa fomentar o crescimento económico e melhorar a qualidade de vida das pessoas em todas as regiões e cidades da União Europeia. É também uma expressão de solidariedade, que concentra o apoio nas regiões menos desenvolvidas.»

Johannes Hahn,
comissário europeu responsável
pela Política Regional, 2014



COMPREENDER AS POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA

A presente publicação faz parte de uma coleção que descreve a ação da União Europeia em vários domínios políticos, as razões da sua intervenção e os resultados obtidos.

Outros títulos disponíveis para descarregamento em linha:
http://europa.eu/pol/index_pt.htm

Como funciona a União Europeia
«Europa 2020»: a estratégia europeia de crescimento
Os pais fundadores da União Europeia

Ação climática
Agenda digital
Agricultura
Ajuda humanitária
Alargamento
Alfândegas
Ambiente
Assuntos marítimos e pescas
A União Económica e Monetária e o euro
Comércio
Concorrência
Consumidores
Cultura e audiovisual
Desenvolvimento e cooperação
Educação, formação, juventude e desporto
Emprego e assuntos sociais
Empresas
Energia
Fiscalidade
Fronteiras e segurança
Investigação e inovação
Justiça, cidadania, direitos fundamentais
Luta contra a fraude
Mercado interno
Migração e asilo
Orçamento
Política externa e de segurança
Política regional ✘
Saúde pública
Segurança dos alimentos
Transportes

ÍNDICE

Por que necessita a União Europeia de uma política regional

A principal política de investimento em prol do crescimento e do emprego da Europa 3

Como funciona a política regional?

Uma série de fundos para apoiar o crescimento das regiões e das cidades 6

Maximizar o impacto do investimento da União Europeia

Investimento orientado para o crescimento e o emprego até 2020 10

Perspetivas

Política regional da União Europeia para 2014-2020: uma nova era de investimento estratégico 15

Mais informações 16

Compreender as políticas da União Europeia: Política regional

Comissão Europeia
Direção-Geral da Comunicação
Publicações
1049 Bruxelas
BÉLGICA

Manuscrito atualizado em abril de 2014

Foto da capa e da página 2:
© iStockphoto.com/Voon Nam Fook

16 p. — 21 × 29,7 cm
ISBN 978-92-79-24483-4
doi:10.2775/72954

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014

© União Europeia, 2014
Reprodução autorizada. As fotografias só podem ser utilizadas ou reproduzidas mediante a autorização prévia dos titulares dos direitos de autor.

Por que necessita a União Europeia de uma política regional

A principal política de investimento em prol do crescimento e do emprego da Europa

Investir nas regiões menos desenvolvidas da UE

A política regional da União Europeia vai consumir a maior fatia do orçamento da UE para o período de 2014-2020 (351 800 milhões de euros de um total de 1,082 bilhões de euros), o que a torna a mais importante política de investimento da União.

Estes recursos são utilizados para financiar infraestruturas estratégicas de transportes e comunicações, para facilitar a transição para uma economia mais compatível com o ambiente, para ajudar as pequenas e médias empresas (PME) a tornarem-se mais inovadoras e mais competitivas, para criar novos postos de trabalho sustentáveis, para reforçar e modernizar os sistemas educativos e para construir uma sociedade mais inclusiva.

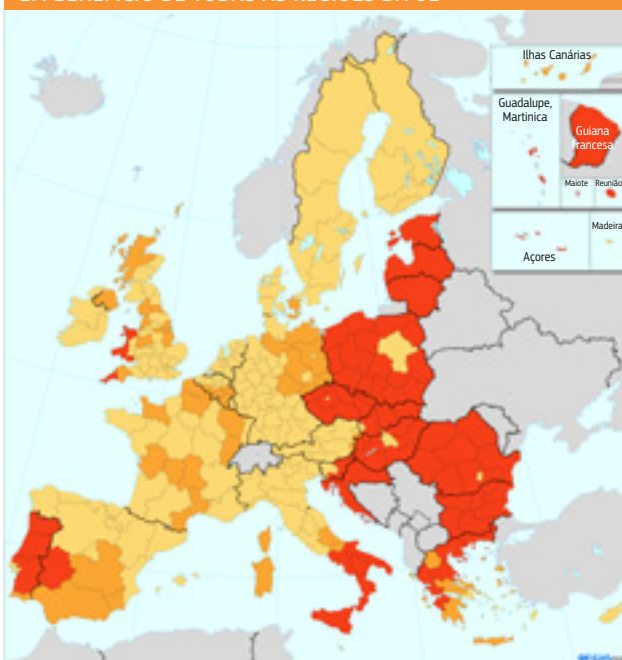
Ao fazê-lo, a política regional atrai outros financiamentos públicos e privados, não só porque obriga os Estados-Membros da UE a cofinanciar projetos com recursos dos respetivos orçamentos nacionais, mas também porque cria confiança nos investidores. Tendo em conta esta contribuição nacional e o efeito de alavanca dos instrumentos financeiros, o impacto global do investimento da UE no período 2014-2020 deverá ser superior a 500 000 milhões de euros.

A política regional traduz igualmente a solidariedade entre os Estados-Membros da UE, ao consagrar o essencial do seu financiamento às regiões menos desenvolvidas da União, ajudando-as a realizar as suas potencialidades económicas, tendo em conta as disparidades regionais não só entre os diferentes Estados-Membros como no interior de cada país. Por exemplo, dados de 2011 (os mais recentes disponíveis) mostram que o produto interno bruto (PIB) das regiões da UE variava entre 29% da média da então UE-27, em Severozapaden (Bulgária) e Nordeste (Roménia), e 321% dessa média, em Londres-Centro (Reino Unido). Esta variação extrema sublinha a necessidade de uma política de investimento estratégica e direcionada, que adapte o investimento da UE às necessidades de cada região.

Milhares de projetos em toda a UE

Ao longo dos anos, os fundos consagrados pela União Europeia à política regional financiaram **dezenas de milhares de projetos**, que beneficiaram todos os Estados-Membros da UE individualmente e a União no seu conjunto, tanto em crescimento económico como em emprego. Entre 1989 e 2013, mais de 800 000 milhões de euros do orçamento da UE foram destinados a cofinanciar projetos que visavam o crescimento regional.

EM BENEFÍCIO DE TODAS AS REGIÕES DA UE



As 274 regiões da UE abrangidas pela política regional no período 2014-2020 e as categorias de elegibilidade para os fundos estruturais [Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE)].

Categoria

- Regiões menos desenvolvidas (PIB *per capita* < 75% da média da UE-27): 182 200 milhões de euros.
- Regiões em transição (PIB *per capita* >= 75% e < 90% da média da UE-27): 35 400 milhões de euros.
- Regiões mais desenvolvidas (PIB *per capita* >= 90% da média da UE-27): 54 300 milhões de euros.

Entre as outras fontes de financiamento no âmbito da política regional durante o mesmo período, contam-se o Fundo de Coesão (65 300 milhões de euros), a Cooperação Territorial Europeia (10 200 milhões de euros), a «Iniciativa para o Emprego dos Jovens» (3 200 milhões de euros) e financiamentos específicos para as regiões ultraperiféricas e pouco povoadas (1 600 milhões de euros).

Origem e evolução da política regional

1957 — Primeira referência no Tratado de Roma.

1958 — Criação do **Fundo Social Europeu** (FSE).

1975 — Criação do **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** (FEDER).

1986 — O Ato Único Europeu estabelece a base jurídica para a política regional.

1988 — Em resposta à adesão da Grécia (1981), de Espanha e de Portugal (1986), os Fundos estruturais são integrados numa «política de coesão» abrangente. Orçamento: 64 000 milhões de ECU (N.B.: o «ECU» posteriormente veio a dar origem ao euro).

1993 — O Tratado de Maastricht cria o **Fundo de Coesão** e o **Comité das Regiões**, e introduz o princípio da **subsidiariedade** (segundo o qual as decisões devem sempre ser tomadas ao nível menos centralizado/mais local competente para as tomar).

1994-1999 — Duplicação dos recursos dos fundos regionais, que correspondem agora a um terço do orçamento da UE.

1995 — É adicionado um objetivo especial

que consiste em apoiar as regiões pouco povoadas da Finlândia e da Suécia. Orçamento global: 168 000 milhões de ECU.

2000-2004 — Instrumentos de pré-adesão colocam fundos e know-how à disposição dos países em vias de adesão à UE.

2004 — Dez novos países aderem à UE (aumentando em 20% a população da UE, mas o seu PIB em apenas 5%). Orçamento: 213 000 milhões de euros para os 15 «antigos» Estados-Membros; 22 000 milhões de euros para os 10 novos Estados-Membros (2004-2006).

2007-2013 — Orçamento: 347 000 milhões de euros (25% dos quais destinados a investigação e inovação e 30% a infraestruturas ambientais e medidas de luta contra as alterações climáticas).

2014-2020 — Orçamento: 351 800 milhões de euros, com quatro prioridades de investimento: investigação e inovação, agenda digital, apoio às PME e economia assente num baixo nível de emissões de carbono. Serão consagrados a estes setores cerca de 100 000 milhões de euros, dos quais 26 700 milhões irão apoiar a transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono (eficiência energética e energias renováveis).

Estes recursos contribuíram para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da UE, para criar emprego e para promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação. Por exemplo, só entre 2007 e 2012, a política regional da UE:

- terá criado 594 000 postos de trabalho (262 000 em PME);
- investiu diretamente em 198 000 PME;
- apoiou a criação de 77 800 novas empresas;
- financiou 61 000 projetos de investigação;
- disponibilizou cobertura de banda larga a quase 5 milhões de cidadãos da UE;
- contribuiu para a construção de 1 208 km de estradas e 1495 km de via-férrea para ajudar a criar uma **Rede Transeuropeia de Transportes** (RTE-T) eficaz;
- melhorou a qualidade de vida dos cidadãos das zonas urbanas, graças à modernização da rede de abastecimento de água, que beneficiou 3,2 milhões de cidadãos, e à implantação de redes de transportes sustentáveis.

EXEMPLOS DA DIVERSIDADE DE PROJETOS COFINANCIADOS PELA POLÍTICA REGIONAL DA UE:
BEACON, Reino Unido

— Desenvolver produtos compatíveis com o ambiente para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono



© European Union

Rede de elétricos

de Gdynia, Polónia — Melhorar a qualidade de vida através de transportes públicos sustentáveis



© European Union

Centro de investigação

e de monitorização de infeções

em Lyon, França



© European Union

Art on Chairs, Portugal

— Aumentar a competitividade da região através da inovação das PME



© European Union

Nesse período, o valor dos projetos selecionados para zonas urbanas ascendeu, no mínimo, a 100 000 milhões de euros. Quase 20% deste montante foram consagrados a projetos integrados de reabilitação urbana e rural e a projetos de infraestruturas no domínio da educação, saúde, assistência à infância, habitação e outras infraestruturas sociais. Ao financiamento de projetos integrados de reabilitação urbana foram consagrados 6 800 milhões de euros, enquanto em infraestruturas sociais foram investidos 11 400 milhões de euros.

Por outras palavras, a política regional tem um forte impacto em muitos domínios e a muitos níveis diferentes, constituindo um importante complemento de muitas outras políticas, nomeadamente das que se ocupam

da educação, do emprego, da energia, do ambiente, do mercado único, da investigação e da inovação.

As estimativas mostram que o investimento da política regional contribuiu igualmente para aumentar o rendimento das regiões mais pobres: com efeito, o seu PIB *per capita* aumentou de 60,5% da média da UE-27 em 2007 para 62,7% dessa média em 2010. Além disso, o PIB dos 13 Estados-Membros que aderiram à União em 2004⁽¹⁾ ou após essa data deverá aumentar cerca de 2,4% ao ano, entre 2007 e 2025.

Coesão económica, social e territorial

A política regional é igualmente referida, em termos mais genéricos, como «política de coesão», uma vez que o seu objetivo geral é justamente o de reforçar a «coesão económica, social e territorial» nas regiões que reúnem as condições para beneficiar de apoio. Na prática, isto significa:

- *Coesão económica e social: promover a competitividade e o crescimento da economia ambiental nas economias regionais, e proporcionar aos cidadãos melhores serviços, mais oportunidades de emprego e melhor qualidade de vida.*
- *Coesão territorial: ligar as regiões, de modo a que possam tirar partido dos seus pontos fortes e procurar conjuntamente formas novas e inovadoras de fazer face a desafios comuns (como as alterações climáticas), beneficiando e reforçando, desta forma, a UE no seu conjunto.*

Como funciona a política regional?

Uma série de fundos para apoiar o crescimento das regiões e das cidades

Uma panorâmica dos fundos regionais

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social Europeu (FSE) são conhecidos por fundos estruturais por terem sido concebidos para apoiar a reestruturação económica e social na UE e reduzir, assim, as disparidades de desenvolvimento entre as regiões europeias, por exemplo, em termos de infraestruturas e emprego. Juntamente com o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader) e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) constituem os **Fundos Europeus Estruturais e de Investimento** (FEEI). Para além das regras comuns aos FEEI (*ver capítulo seguinte*), cada fundo é regido por regras que lhe são próprias.

Enquanto o Fundo de Coesão investe na rede de transportes e em projetos ambientais, o Feader ajuda as zonas rurais a tornar o setor da agricultura mais forte, inovador e compatível com o clima, e o FEAMP promove uma pesca e uma aquicultura sustentáveis e competitivas em toda a UE. Em suma, cada fundo contribui, à sua maneira, para a realização dos objetivos de crescimento da estratégia «Europa 2020», a estratégia da UE para o crescimento e o emprego até 2020 (*para mais informações, consultar a publicação «Compreender as políticas da União Europeia» sobre a estratégia «Europa 2020»*).

Outro fundo importante gerido pela Comissão Europeia é o **Fundo de Solidariedade da UE** (FSUE), criado no verão de 2002 em resposta às cheias devastadoras que assolaram a Europa Central. Entretanto, o FSUE consolidou-se, gerindo atualmente um orçamento anual de 500 milhões de euros, que é utilizado para expressar a solidariedade da UE para com as regiões europeias assoladas por catástrofes. Assim, através do Fundo de Solidariedade, a UE pode prestar assistência com rapidez, eficácia e flexibilidade a qualquer Estado-Membro da UE (ou a qualquer país candidato à adesão) devastado por uma catástrofe natural que tenha repercussões graves nas condições de vida da população, no ambiente ou na economia. O FSUE complementa os esforços dos serviços públicos nacionais, contribuindo, por exemplo, para as operações de limpeza, a reparação de infraestruturas ou a disponibilização de alojamento temporário.



O Fundo de Solidariedade da UE presta ajuda financeira a qualquer região da UE que seja assolada por uma catástrofe natural.

Os fundos regionais em pormenor

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) investe na promoção do crescimento de determinados setores, a fim de fomentar a competitividade e de criar emprego em todas as regiões e aglomerações urbanas da UE. As intervenções do FEDER são concebidas para responder a desafios económicos, ambientais e sociais, tendo em vista, essencialmente, o desenvolvimento urbano sustentável. Prevê-se que entre 2014 e 2020, mais de 50% do investimento do FEDER seja realizado em zonas urbanas.

O FEDER presta especial atenção a características territoriais específicas, por exemplo, a zonas com desvantagens geográficas naturais (periféricas, montanhosas ou pouco povoadas). Por último, as zonas ultraperiféricas da União (por exemplo, as ilhas Canárias, a Reunião ou a Guadalupe) beneficiam igualmente de assistência específica do FEDER para compensar eventuais desvantagens resultantes do seu isolamento.

Por outro lado, o FEDER promove e financia a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional (conhecida como «**Cooperação Territorial Europeia**»), que abrange uma vasta gama de domínios, nomeadamente infraestruturas comuns de transportes, redes de inovação e comunicação, comércio transfronteiriço, gestão conjunta de recursos naturais e ligação entre zonas urbanas e rurais. Estas formas de cooperação representam uma clara mais valia, não só para a UE, mas também para as regiões vizinhas.

O Fundo Social Europeu (FSE), criado em 1958, é o fundo estrutural mais antigo e visa apoiar os candidatos a emprego, proporcionando-lhes acesso a formação adequada para aumentar a sua empregabilidade, bem como os trabalhadores, contribuindo para a sua requalificação, para a aquisição de novas competências e para

a adaptação a novas situações profissionais. Todos os anos, cerca de 15 milhões de pessoas participam nos milhares de projetos cofinanciados pelo FSE em toda a Europa.

O FSE investe igualmente em projetos destinados a combater todas as formas de discriminação e a apoiar a integração de comunidades marginalizadas na sociedade. Por último, o FSE investe ainda na eficiência das administrações e dos serviços públicos, no intuito de assegurar que as instituições competentes executem adequadamente as políticas de educação, de emprego, sociais e outras.

O Fundo de Coesão: criado em 1994, o Fundo de Coesão investe em redes de transportes e no ambiente nos Estados-Membros da UE com um PIB inferior a 90% da média da UE-28 (a saber, os países da Europa Central e Oriental, a Grécia, Chipre, Malta e Portugal). O fundo promove ativamente o crescimento da economia ambiental, ao mesmo tempo que procura reduzir as disparidades económicas e sociais através da melhoria da conectividade e da acessibilidade regionais.

O fundo apoia, em especial, a **Rede Transeuropeia de Transportes** («RTE-T»), que é fundamental para o bom funcionamento do mercado interno e para facilitar a circulação de pessoas e bens no interior e além da UE, por terra, mar e ar.

O Fundo de Coesão investe na adaptação às alterações climáticas e na prevenção de riscos, nos setores da água e dos resíduos e no ambiente urbano. Pode igualmente apoiar projetos relacionados com a eficiência energética e com a utilização de energias renováveis em empresas e em infraestruturas públicas.

<<<

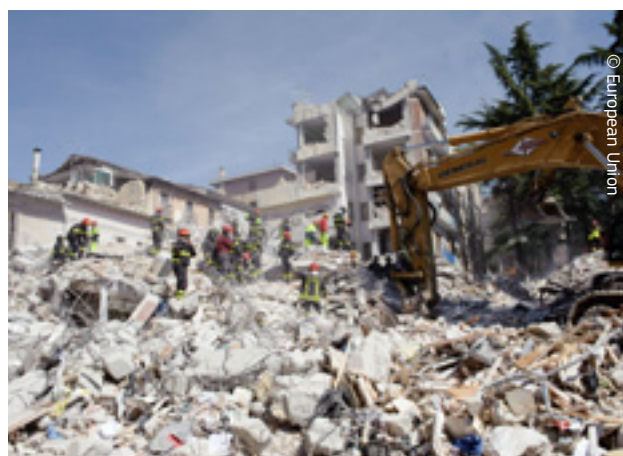
Parte das verbas do Fundo de Coesão estão reservadas para financiar redes de transportes e outras redes importantes no âmbito do novo «**Mecanismo Interligar a Europa**», um instrumento estratégico que investe em infraestruturas de redes de banda larga e em serviços públicos em linha,

bem como em infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, e em redes de eletricidade e de gás. A melhoria das interconexões irá melhorar as oportunidades de negócio e a segurança energética, ao mesmo tempo que se tornará mais fácil trabalhar e viajar, beneficiando tanto as empresas como os cidadãos da UE.

Montante recorde pago pelo Fundo de Solidariedade para a recuperação da região de Emília-Romanha (dezembro de 2012)

O Fundo de Solidariedade concedeu a Itália um montante recorde de 670 milhões de euros para financiar operações de reconstrução na sequência dos devastadores terremotos com intensidades que chegaram a atingir 5,9 na escala de Richter que, em 20 de maio de 2012, assolaram a região de Emília-Romanha. Os terremotos foram seguidos de centenas de tremores de terra de menor intensidade que afetaram igualmente as regiões vizinhas de Veneto e Lombardia. Os terremotos, que causaram 27 mortos, cerca de 350 feridos e obrigaram à evacuação de mais de 45 000 pessoas, provocaram danos graves em numerosos edifícios, infraestruturas, empresas, instalações industriais, explorações agrícolas e no inestimável património cultural.

A maior parte do apoio concedido destinou-se a cobrir os custos das operações



Em 2012, a Itália recebeu 670 milhões de euros do Fundo de Solidariedade da UE na sequência dos terremotos que devastaram a região de Emília-Romanha

de ajuda de emergência e de salvamento, bem como do alojamento temporário. Cerca de 292 milhões de euros foram utilizados na recuperação imediata de estabelecimentos de ensino e de serviços de saúde, bem como na reparação das redes de distribuição de água e eletricidade.

Como são investidos os fundos?

A política regional da UE é executada por entidades nacionais e regionais, em parceria com a Comissão Europeia, num sistema que é conhecido por «gestão partilhada». Contrariamente ao que acontece com os orçamentos nacionais anuais, o orçamento da política regional é estabelecido para um período de sete anos, o que o torna intrinsecamente fiável e um importante recurso com que o investimento privado pode contar.

O processo de investimento divide-se em três grandes etapas:

- 1) O orçamento e as normas para a sua execução são definidos conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho de Ministros da UE (que é composto pelos ministros de todos os Estados-Membros reunidos a nível europeu), com base numa proposta apresentada pela Comissão.
- 2) A Comissão Europeia colabora com os Estados-Membros da UE na elaboração dos «acordos de parceria», que determinam as respetivas prioridades de investimento e necessidades de desenvolvimento. Os Estados-Membros apresentam ainda projetos de programas operacionais (PO), nos quais desenvolvem os objetivos e propõem domínios em que pretendem desenvolver ações concretas para os realizar. Os programas operacionais podem abranger Estados-Membros inteiros e/ou regiões e podem incluir programas de cooperação com outros Estados-Membros. A Comissão negocia com as autoridades nacionais o teor definitivo destes planos de investimento. Todos os níveis de governação, incluindo a sociedade civil, devem ser consultados e envolvidos na programação e na gestão dos PO.
- 3) Uma vez aprovados, os programas são executados pelos Estados-Membros da UE e pelas respetivas regiões. Isto significa selecionar, acompanhar e avaliar centenas de milhares de projetos, num trabalho que é organizado por «autoridades de gestão» em cada país e/ou região.

A gestão e a execução dos programas é, pois, em grande medida, da responsabilidade das administrações nacionais e subnacionais (regionais e locais). Os Estados-Membros da UE devem garantir à Comissão que os fundos são utilizados eficazmente e de acordo com a legislação da União. Para o efeito, devem prever sistemas fiáveis de contabilidade, acompanhamento e informação financeira, e identificar os organismos responsáveis e os procedimentos necessários para garantir uma pista de auditoria adequada.

Para cada programa operacional deve ser designada uma autoridade de auditoria. Esta autoridade transmite à Comissão uma estratégia de auditoria, bem como um parecer de auditoria anual e um relatório de controlo anual, de que

constam os problemas identificados durante as auditorias realizadas nos doze meses anteriores.

A Comissão não seleciona nem gere projetos individuais, mas aprova os programas gerais que englobam um grande número de projetos potenciais. Importa igualmente notar que, enquanto a Comissão disponibiliza a globalidade dos fundos, incumbe aos Estados-Membros, através dos respetivos organismos pagadores nacionais e regionais acreditados, efetuar os pagamentos diretos e individuais aos beneficiários.

Canalizar o investimento da UE

- *A Comissão disponibiliza os fundos no início de cada ano para permitir que os Estados-Membros comecem a investir em projetos individuais.*
- *Os pagamentos, certificados pelas autoridades nacionais, são efetuados pela Comissão. Os programas nacionais são permanentemente acompanhados, através de auditorias e controlos in loco realizados pela Comissão e pelo Estado-Membro em causa.*
- *Tanto a Comissão como as autoridades nacionais apresentam relatórios ao longo do período orçamental de sete anos.*

A UE investiu 400 milhões de euros do FEDER na **rede de metro regional** de Nápoles, Itália. A rede melhorada, para além de assegurar serviços mais frequentes, de melhor qualidade e de ter reduzido o tempo dos trajetos, reduziu as emissões de dióxido de carbono (CO₂) em 250 000 toneladas anuais e o consumo de petróleo em 110 000 toneladas anuais.



Maximizar o impacto do investimento da União Europeia

Investimento orientado para o crescimento e o emprego até 2020

Um número limitado de prioridades de investimento

Embora a Europa esteja a avançar no sentido da retoma económica, continua a ser fundamental, num contexto de recursos financeiros limitados, que a União Europeia seja capaz de fazer mais com menos e de obter mais-valias de cada euro que gasta. Em consequência, quando, no final de 2013, adotou um novo pacote legislativo em matéria de política regional, a UE alterou a abordagem do financiamento para o período de 2014-2020, procurando maximizar o potencial impacto do financiamento disponível da União.

Entre 2014 e 2020, será investido nas regiões da UE um total de mais de 351 800 milhões de euros. O nível dos apoios e a contribuição nacional («taxa de cofinanciamento») são adaptados ao nível de desenvolvimento económico de cada região:

REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS
(PIB < 75% DA MÉDIA DA UE-27) (*)

REGIÕES EM TRANSIÇÃO
(PIB DE 75% A 90% DA MÉDIA DA UE-27)

REGIÕES MAIS DESENVOLVIDAS
(PIB > 90% DA MÉDIA DA UE-27)

(*) Dados anteriores à adesão da Croácia à UE, em julho de 2013.

Todos os projetos que recebem financiamento contribuem para a realização dos objetivos de crescimento da estratégia «Europa 2020». Com efeito, a política regional é a principal ferramenta de investimento de que a UE dispõe para atingir as metas da «Europa 2020»: gerar crescimento e emprego através da inovação e do apoio às pequenas empresas, responder aos desafios das alterações climáticas e da dependência energética, e reduzir a pobreza e a exclusão social.

Os fundos da política regional estão claramente concentrados num número limitado de prioridades de investimento e muito focados nos resultados pretendidos. Os Estados-Membros e as regiões da UE têm de definir os objetivos que se propõem atingir com os recursos disponíveis nos respetivos acordos de parceria e indicar claramente como irão medir os progressos na consecução desses objetivos. Desta forma, é possível acompanhar e discutir regularmente a forma como os recursos financeiros são utilizados e, à medida que o período se aproxima do fim, premiar os programas com melhores resultados (através de uma «reserva de desempenho»).

Para assegurar uma melhor coordenação entre os fundos e evitar sobreposições, a UE definiu um conjunto de regras comum aos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), que tornam igualmente mais estreitas as relações dos fundos com outros instrumentos da UE, como o programa Horizonte 2020 (o novo programa da UE para a investigação e a inovação) e o Mecanismo Interligar a Europa (ver capítulo anterior).

As novas regras comuns definidas para os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (FEEI) irão reforçar as ligações entre os fundos e entre as políticas da UE, simplificar os procedimentos e assegurar que os recursos são investidos mais rapidamente em regiões de toda a UE.

REGRAS COMUNS



Pré-requisitos para um investimento eficaz

Antes de os recursos financeiros poderem ser encaminhados para as regiões e cidades, os potenciais beneficiários necessitam de satisfazer certas condições destinadas a garantir que o investimento da UE será bem direcionado e eficaz, nomeadamente:

- o desenvolvimento de estratégias de «**especialização inteligente**»: as regiões devem especializar-se nos setores que lhes oferecem maior potencial de crescimento e de competitividade e devem promover parcerias entre universidades, institutos de investigação, empresas e administrações públicas, tendo em vista o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores;
- o desenvolvimento de estratégias para reduzir a taxa de desemprego entre os jovens e promover a não discriminação;
- a conformidade com a legislação ambiental;
- a realização de reformas favoráveis às empresas; e
- a adoção de medidas para melhorar os sistemas de contratação pública.

Exemplo de projeto: lançamento da sede romena de um consórcio de investigação de ponta — ELI

A ELI-NP (Física Nuclear) tem por objetivo criar um centro europeu de investigação de excelência sobre laser de potência ultra-elevada e sobre interação laser-matéria. O centro de investigação ELI-NP irá atrair investigadores, estudantes, elementos do setor privado e empresarial de todo o mundo para estudarem aplicações de luz extremas, em benefício de toda a sociedade. Além disso, o centro colocará a Europa no mapa da investigação no domínio da física nuclear com recurso à alta tecnologia de laser. Inicialmente sediado em Bucareste, o projeto ELI-NP conta ainda com dois outros centros — um na Hungria e outro na República Checa — e faz parte de um consórcio de investigação que agrupa 40 parceiros de 13 países da UE. Prevê-se que, em 2018, o centro de investigação, que deverá estar operacional em 2015,

As estratégias têm também de ser coerentes com os programas nacionais de reformas aprovados no âmbito do Semestre Europeu, o sistema de gestão económica coletiva da UE. O Semestre Europeu constitui uma avaliação anual das economias da UE em que participam todos os Estados-Membros e instituições da UE e em que são formuladas recomendações de reformas económicas específicas para cada Estado-Membro.

Se considerar que o plano de investimento de um Estado-Membro não é coerente com programas nacionais de reformas ou é insuficiente para levar a cabo as reformas identificadas no Semestre Europeu, a Comissão Europeia pode solicitar ao Estado-Membro em causa que altere o seu programa no sentido de este apoiar as reformas estruturais essenciais. Em último recurso, a Comissão pode suspender o pagamento de contribuições se as recomendações económicas forem reiteradas e gravemente desrespeitadas (por exemplo, se um Estado-Membro apresentar desequilíbrios económicos ou défices orçamentais excessivos), a fim de garantir que o impacto do investimento da UE no crescimento e no emprego não é comprometido por políticas económicas hesitantes ou por uma capacidade administrativa insuficiente.

empregue 262 investigadores e 36 agentes de apoio e dê um contributo importante para a redução da «fuga de cérebros» na região. Este projeto constitui um notável exemplo da forma como os instrumentos da política regional da UE podem ser utilizados para servir simultaneamente o objetivo de coesão económica e o desenvolvimento do Espaço Europeu da Investigação (EEI). Orçamento total: 356 milhões de euros.

A UE investiu quase 150 milhões de euros num consórcio europeu de investigação de ponta que reúne 13 Estados-Membros da UE.



**Financiamento total do FEDER:
149,3 milhões de euros**

RegioStars — Premiar a inovação



A Comissão atribuiu pela primeira vez os prémios RegioStars em 2008, para o que convidou todas as regiões da UE a apresentar projetos. Os projetos candidatos foram apresentados principalmente pela Áustria, pela Bélgica, pelos Estados Bálticos, por Portugal e pelo Reino Unido e adotavam, invariavelmente, abordagens inovadoras do desenvolvimento regional ao nível do cidadão comum.

Os prémios têm por objetivo identificar boas práticas em termos de desenvolvimento regional e urbano, distinguindo projetos originais e inovadores, suscetíveis de serem adaptados a outras regiões. Em 2013, a sexta edição anual dos prémios atraiu o número recorde de 149 candidaturas num total

de 5 categorias, tendo sido selecionados 27 finalistas, extremamente meritórios.

Por exemplo, o vencedor na categoria «Crescimento Inteligente» foi o UPTEC, Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto, em Portugal. O parque desenvolve clusters, ligando universidades, institutos de investigação e empresas locais, em setores com potencial de inovação na economia local. Com uma participação do FEDER de 15,4 milhões de euros, as empresas sedeadas no UPTEC criaram 1199 postos de trabalho altamente qualificados (90% dos quais para licenciados), contribuindo assim para o sólido crescimento económico da região. A London Web Summit — People's Choice Award reconheceu o UPTEC como uma das quatro melhores incubadoras/aceleradoras de empresas da Europa.

Direcionar o investimento da UE para o crescimento inteligente, ecológico e para todos

O investimento do FEDER está em consonância com diversas políticas da UE que visam gerar crescimento e criar emprego em toda a UE. Para assegurar que cada euro é investido da melhor forma, as ações do FEDER estão concentradas em quatro domínios prioritários (ver *infra*):

- inovação e investigação;
- tecnologias da informação e da comunicação;
- reforço da competitividade das PME;
- transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono.

Os recursos atribuídos a estas prioridades dependem da categoria em que se insere a região:

- nas regiões mais desenvolvidas, pelo menos 80% dos fundos do FEDER devem ser consagrados a um mínimo de duas destas prioridades;
- nas regiões em transição, esta proporção é de 60%;

e nas regiões menos desenvolvidas, esta percentagem desce para 50%.

Além disso, uma parte dos recursos do FEDER deve ser especificamente canalizada para projetos que promovam a transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono:

- regiões mais desenvolvidas: 20% dos recursos atribuídos;
- regiões em transição: 15%; e
- regiões menos desenvolvidas: 12%.

Campus do RDM Innovation Dock, um projeto apoiado pelos fundos da UE para a política regional. Em 2011, este antigo estaleiro naval em Roterdão, nos Países Baixos, foi transformado num campus para estabelecimentos de ensino, empresas inovadoras e institutos de investigação.



Investigação e inovação

A Europa precisa de investir mais em investigação e inovação (I&I), fatores determinantes do crescimento económico e do emprego. Em termos de investimento, a Europa está muito aquém dos seus concorrentes a nível mundial, gastando bastante menos em I&I do que os Estados Unidos, o Japão e a Coreia do Sul, enquanto a China procura recuperar rapidamente o seu atraso. Um dos objetivos da estratégia «Europa 2020» é assegurar que os países da UE invistam 3% do PIB total da UE em investigação. Os recursos dos FEDER são investidos tanto em investigação fundamental como aplicada, incentivando todos os intervenientes da cadeia de inovação (institutos de investigação, universidades, centros tecnológicos, empresários, pequenas e grandes empresas, instituições financeiras, etc.) a cooperar na criação dos produtos e serviços inovadores de que os Estados-Membros da UE necessitam para continuarem a ser competitivos a nível internacional.

Tecnologias da informação e da comunicação (TIC)

A eficaz utilização das TIC pelas empresas constitui atualmente um pré-requisito para a produtividade, a competitividade, um maior aumento dos rendimentos e a criação de emprego. Nestas circunstâncias, o FEDER investe em infraestruturas de TIC para disponibilizar ligações de alta velocidade em todas as regiões, especialmente em zonas remotas, rurais e menos desenvolvidas. O FEDER continuará a facilitar a transição para utilizações inovadoras das TIC por parte das empresas (por exemplo, aprendizagem eletrónica e negócios eletrónicos), dos cidadãos (por exemplo, literacia digital e competências eletrónicas) e das administrações públicas (por exemplo, saúde eletrónica e governo eletrónico), para aumentar a produtividade e para melhorar a qualidade de vida.

Reforço da competitividade das PME

As PME são a coluna vertebral da economia da Europa: totalizando cerca de 20 milhões, representam 99% das empresas da UE e são essenciais para o crescimento e o emprego. Para garantir que permanecem competitivas e capazes de atrair as pessoas talentosas de que necessitam, o FEDER promove e investe no empreendedorismo para fomentar a criação de empresas e facilita o seu acesso a uma série de novos instrumentos de financiamento — empréstimos, microfinanciamento e capital de risco. O objetivo consiste em reforçar o efeito de alavanca do investimento da UE num período de recursos orçamentais limitados, fomentando o investimento suplementar do setor privado.

Transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono

No período de 2014-2020, o FEDER irá investir quase 27 000 milhões de euros para «descarbonizar» a economia, ou seja, torná-la mais ecológica, aumentando a utilização de energias renováveis tanto pelo setor público como pelo privado, aumentando a eficiência energética, por exemplo, nos edifícios residenciais e nos edifícios públicos, ou investindo em redes inteligentes de distribuição de eletricidade. O FEDER contribui ainda para reduzir as emissões dos transportes ao investir em investigação no domínio das tecnologias limpas assentes num baixo nível de emissões de carbono e ao promover transportes públicos sustentáveis.

Colocar as cidades da UE no centro das decisões políticas

Hoje, mais de dois terços dos cidadãos europeus vivem nas cidades: em 2020, esta proporção deverá atingir 80%. Está a tornar-se cada vez mais claro que o crescimento económico da UE advirá essencialmente das cidades e que nem os Estados-Membros nem a própria UE poderão realizar os seus objetivos económicos e sociais sem a participação das cidades. Os números falam por si: 59% da população e 62% dos postos de trabalho da UE estão

concentrados nas regiões metropolitanas, que geram 67% do PIB da União.

As cidades são os locais onde os desafios se colocam e onde é mais fácil pôr em prática soluções, e por isso são também os locais ideais para implementar muitas políticas nacionais ou da UE a nível local. Por exemplo, para atingir as metas que se impõem em termos climáticos, a UE necessita que as cidades aumentem a eficiência na utilização dos recursos e da energia, nomeadamente no domínio dos transportes, da habitação e do urbanismo em geral. É igualmente essencial a adoção de uma abordagem multifacetada, para que as cidades possam fazer face a problemas como a concentração da pobreza, a segregação espacial e o envelhecimento da população.

Mais de metade do investimento do FEDER no período de 2014-2020 será expressamente direcionado para zonas urbanas, por exemplo, para promover estratégias assentes num baixo nível de emissões de carbono, para melhorar o ambiente urbano, nomeadamente pela regeneração de terrenos industriais abandonados e pela redução da poluição atmosférica, e para promover sistemas de transportes urbanos sustentáveis. Estes projetos de investimento serão, mais do que nunca, focalizados para ajudar as cidades a superar os desafios com que se confrontam e ajudar a UE a utilizar a capacidade das cidades no domínio do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Estratégias macrorregionais

O FEDER, a par de outras fontes de financiamento, também contribui para a execução de «**estratégias**

macrorregionais» que procuram dar resposta a desafios comuns que se colocam a grupos de países da mesma zona geográfica. Estão já definidas duas estratégias deste tipo — para as regiões do mar Báltico e do Danúbio —, estando em preparação duas novas estratégias — para a região adriática e jónica e para a região dos Alpes.

A política regional e a crise económica

A política regional conseguiu responder com rapidez, eficácia e muita flexibilidade à crise económica, nomeadamente através da «reprogramação temática», ou seja, o redirecionamento dos recursos para onde estes eram mais necessários, bem como investimento em setores-chave para o crescimento e a criação de emprego. No final de maio de 2013, e para garantir o máximo impacto, tinham sido redirecionados mais de 39 200 milhões de euros — 11% do total dos recursos —, para responder às necessidades económicas e de desenvolvimento regionais mais prementes e para assegurar a eficácia do investimento da UE, apesar da situação de crise.

Além disso, reduções bem calculadas nas taxas de cofinanciamento nacional e o pagamento prévio das contribuições financeiras aos Estados-Membros da UE mais afetados pela crise garantiram a tão necessária liquidez, numa época de sérias restrições orçamentais a nível nacional. Em 2011-2012, foi aprovado o aumento das taxas de cofinanciamento para Espanha, Grécia, Irlanda, Itália, Lituânia e Portugal, e, em menor grau, para a Bélgica, França e Reino Unido.

O programa PEACE: construir a paz e desenvolver a economia da Irlanda do Norte

O programa PEACE foi lançado, em 1995, na sequência do anúncio de cessar-fogo por parte dos grupos paramilitares e correspondeu ao desejo da UE de contribuir para o processo de paz na Irlanda do Norte. A assistência financeira prestada pela UE ascendeu a 1 300 milhões de euros. Um dos projetos mais emblemáticos foi a ponte da paz (PEACE bridge) em Derry/Londonderry, inaugurada oficialmente por Johannes Hahn, comissário europeu responsável pela política regional, em junho de 2011. A sua construção ascendeu a 14,6 milhões de euros, dos quais mais de 11 milhões foram

suportados pela UE. Com uma arquitetura que representa um simbólico aperto de mão sobre o rio Foyle, a estrutura une agora fisicamente as duas margens do rio. Mais do que uma ponte, é um símbolo poderoso, pois significa que é possível ligar as comunidades de ambas as margens do rio, para as quais este representava um fosso religioso e político praticamente intransponível.



EU Programme for Peace and Reconciliation

Financiamento total do FEDER:
1 300 milhões de euros

Perspetivas

Política regional da União Europeia para 2014-2020: uma nova era de investimento estratégico

A política regional, à qual é consagrado um pouco mais de um terço do orçamento da União, é a principal política de investimento da UE para promover o desenvolvimento e o crescimento regional e urbano, tendo cofinanciado, ao longo dos anos, em todos os Estados-Membros da UE, sem exceção, uma multiplicidade de projetos que têm beneficiado tanto cidadãos como empresas.

Os projetos apoiados pela política regional criaram milhões de novos postos de trabalho, desenvolveram milhares de quilómetros de ligações estratégicas de transportes, de energia e de banda larga, investiram na investigação e na inovação, nas pequenas empresas e nos pequenos empresários, apoiaram projetos que desenvolveram novas soluções nos domínios das energias renováveis e da eficiência energética, protegeram o património cultural e zonas de beleza natural, fomentaram o crescimento em zonas pouco povoadas e em regiões ultraperiféricas da UE, e muito, muito mais.

No momento em que escrevemos estas linhas, há sinais positivos que indicam que a Europa está no caminho da retoma, depois de uma das piores crises económicas e financeiras que sobre ela se abateram desde a década de 1920. Todavia, mantêm-se as restrições orçamentais

e os orçamentos reduzidos para todos. No início do período de financiamento de 2014-2020, o quinto do seu género desde 1989, a UE, em cooperação com os seus Estados-Membros, está a definir estratégias de investimento para garantir que a União, no seu conjunto, consiga extrair o máximo rendimento e o máximo impacto de cada euro gasto.

Regras novas e mais simples irão aumentar a coerência entre os vários fundos e promover complementaridades entre diferentes domínios políticos (investigação e inovação, política agrícola comum, e educação e emprego, entre outras). O estabelecimento de novas condições a satisfazer antes da concessão do financiamento da UE e um diligente acompanhamento dos projetos financiados, a par da concentração dos recursos num número limitado de prioridades estratégicas de investimento, assegurarão que sejam direcionados para onde mais falta fazem.

Graças a metas claras e mensuráveis para o investimento na política regional, os Estados-Membros e as regiões da UE podem demonstrar o seu contributo para a realização dos objetivos de crescimento económico sustentável e de criação de emprego da estratégia «Europa 2020».

Mais informações

Quem pode candidatar-se a financiamento regional?

Entre as organizações que podem beneficiar de financiamento contam-se organismos públicos, algumas organizações do setor privado (nomeadamente pequenas empresas), universidades, associações, organizações não governamentais (ONG) e organizações de voluntariado.

Como posso candidatar-me a financiamento?

Os pedidos de financiamento devem ser apresentados à autoridade nacional ou regional que gere o programa em causa e destinar-se a um projeto concreto.

Quem posso contactar no meu país para obter mais informações?

- ▶ **Autoridades de Gestão nos Estados-Membros da UE:**
http://ec.europa.eu/regional_policy/manage/authority/authority_pt.cfm
- ▶ **Europe Direct:** serviço da UE que responde a todas as suas perguntas sobre a União Europeia. Ligue para o 00 800 6 7 8 9 10 11 ou visite o sítio <http://europedirect.europa.eu>
- ▶ **Representações da Comissão Europeia nos Estados-Membros da UE:** http://ec.europa.eu/represent_pt.htm
- ▶ **Saiba como a UE está a investir na sua região consultando a nossa base de dados de projetos:** http://ec.europa.eu/regional_policy/projects/stories/index_pt.cfm

Siga-nos em:



http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.cfm (sítio *web* de informação geral)



http://www.twitter.com/@EU_Regional (últimas notícias)



<https://www.yammer.com/regionetwork> (rede social da UE)



<http://www.flickr.com/euregional> (base de dados de fotografias)

- ▶ **Assine o Regioflash, o boletim informativo da Comissão sobre política regional:** www.inforegiodoc.eu

